

Patrícia Conti Ferreira
José Geraldo Ferreira da Silva

Guia estratégico para fortalecimento da arrecadação municipal: Diretrizes para ampliação do ISS e monitoramento da dependência de royalties



**Patrícia Conti Ferreira
José Geraldo Ferreira da Silva**

**Guia estratégico para
fortalecimento da arrecadação
municipal: Diretrizes para
ampliação do ISS e monitoramento
da dependência de royalties**

1ª Edição

Diálogo Comunicação e Marketing
São Mateus
2026

Guia estratégico para fortalecimento da arrecadação municipal: Diretrizes para ampliação do ISS e monitoramento da dependência de royalties © 2026, Patrícia Conti Ferreira e José Geraldo Ferreira da Silva.

Orientador: Prof. Doutor José Geraldo Ferreira da Silva.

Curso: Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação.

Instituição: Centro Universitário Vale do Cricaré – UNIVC.

Edição: Ivana Esteves Passos de Oliveira.

Projeto gráfico e editoração: Diálogo Comunicação e Marketing.

Diagramação: Ilvan Filho.

DOI: 10.29327/5849145

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F383g Ferreira, Patrícia Conti.

Guia estratégico para fortalecimento da arrecadação municipal: Diretrizes para ampliação do ISS e monitoramento da dependência de royalties / Patrícia Conti Ferreira, José Geraldo Ferreira da Silva.

São Mateus, ES : Diálogo Comunicação e Marketing, 2026.

34 p. : il. foto. color. ; 21 cm.

ISBN 978-65-6013-203-0

1. Administração pública – Gestão financeira. 2. Impostos.
3. Royalties. I. Silva, José Geraldo Ferreira da.
II. Título.

CDD –352.4

Bibliotecária Amanda Luiza de Souza Mattioli Aquino – CRB5 1956



Sumário

Apresentação	05
Capítulo 1: Eixos estratégicos para o fortalecimento da arrecadação do ISS	09
Eixo 1: Modernização da Gestão Tributária Municipal	10
Eixo 2: Ampliação da base econômica geradora de serviços	13
Eixo 3: Fortalecimento da governança fiscal	16
Eixo 4: Fortalecimento da fiscalização tributária	18
Eixo 5: Monitoramento da dependência fiscal	21
Capítulo 2: Indicadores de monitoramento da arrecadação	24
Capítulo 3: Contribuição para a sustentabilidade e vinculação à Agenda 2030	27
Considerações Finais	29
Referências	31
Os autores	34



Apresentação

Este Guia Estratégico tem como objetivo apresentar um conjunto estruturado de estratégias e instrumentos de gestão capazes de contribuir para o fortalecimento da arrecadação própria municipal, especialmente do Imposto Sobre Serviços (ISS), e para a redução gradual da dependência de receitas externas, especialmente em municípios produtores de petróleo.

A elaboração deste documento decorre dos resultados da pesquisa intitulada “Arrecadação do ISS e Dependência dos Royalties de Petróleo em Presidente Kennedy”, desenvolvida no âmbito de programa de pós-graduação stricto sensu. Foi analisada a estrutura das receitas municipais no período de 2015 a 2024, com o objetivo de compreender a relação entre a arrecadação do ISS e as receitas provenientes da exploração de petróleo, bem como avaliar o grau de dependência fiscal municipal em relação a essas fontes de financiamento.





Os resultados da investigação evidenciaram um padrão fiscal fortemente marcado pela elevada participação das receitas provenientes da atividade petrolífera, cenário amplamente discutido na literatura sobre finanças públicas em regiões produtoras de recursos naturais. Esse comportamento não se restringe ao caso analisado, sendo recorrente em municípios que apresentam forte dependência de receitas compensatórias.

Embora essas receitas desempenhem papel relevante no financiamento de investimentos públicos, programas sociais e expansão da infraestrutura, sua predominância na composição orçamentária revela uma condição de vulnerabilidade fiscal (SOUZA, 2022), uma vez que estão sujeitas a oscilações decorrentes de fatores externos, como variações nos preços internacionais, níveis de produção e alterações nos critérios de distribuição (CAÇADOR; MONTE, 2013).

Nesse contexto, municípios com elevada dependência de receitas provenientes da exploração de recursos naturais tendem a enfrentar desafios relacionados à sustentabilidade fiscal de longo prazo, incluindo a possibilidade de redução dos incentivos institucionais para o fortalecimento da arrecadação própria e a concentração da estrutura fiscal em fontes de receita voláteis.

No caso empírico que fundamenta este guia, observou-se que os royalties do petróleo representaram parcela predominante da receita municipal em diversos exercícios, evidenciando um padrão de elevada dependência fiscal. Além disso, a análise da arrecadação tributária revelou que o ISS constitui a principal fonte de receita própria, porém com forte concentração em determinados tipos de serviços.



A composição do ISS por tipo de serviço evidenciou a predominância de atividades vinculadas à construção civil, obras de engenharia e serviços técnicos especializados, que, em determinados períodos, concentraram parcela significativa da arrecadação do imposto. Em alguns anos, esses serviços concentraram mais da metade da arrecadação total do ISS, representando 64,84% em 2020 e alcançando 73,68% em 2024, revelando que parte significativa da base de incidência do tributo está associada à dinâmica de investimentos públicos realizados no município. Esse padrão sugere a existência de uma dependência funcional entre a arrecadação do ISS e a execução de contratos públicos financiados, direta ou indiretamente, com recursos provenientes dos royalties de petróleo.

Dessa forma, além da dependência direta em relação às receitas externas, observa-se a possibilidade de uma dependência indireta na arrecadação tributária, na medida em que atividades econômicas locais podem ser impulsionadas predominantemente pelo gasto público. Essa dinâmica pode limitar o potencial de diversificação da base econômica e comprometer a autonomia financeira municipal.

Diante desse cenário, torna-se evidente a importância de estratégias voltadas ao fortalecimento da arrecadação própria municipal, por meio do aperfeiçoamento da gestão tributária, da ampliação da base econômica geradora de serviços e do aprimoramento dos mecanismos de governança fiscal. Tais estratégias mostram-se relevantes não apenas para o caso analisado, mas para municípios que enfrentam desafios semelhantes relacionados à dependência fiscal.



Nesse sentido, o presente Guia Estratégico apresenta um conjunto de eixos e ações voltados ao fortalecimento da gestão tributária municipal, ao estímulo ao desenvolvimento econômico local, ao aprimoramento da governança fiscal, ao fortalecimento da fiscalização tributária e ao monitoramento da dependência fiscal. As diretrizes foram estruturadas com base em evidências empíricas e referenciais teóricos, visando sua aplicabilidade em diferentes realidades municipais.

O guia foi concebido de modo a permitir sua aplicação prática pela administração pública municipal, podendo subsidiar decisões estratégicas das Secretarias de Fazenda, Administração e Desenvolvimento Econômico, bem como apoiar órgãos de controle e planejamento na formulação de políticas voltadas ao fortalecimento das finanças públicas locais. Embora fundamentado em um estudo de caso, apresenta caráter orientativo e adaptável, podendo ser ajustado conforme as especificidades de cada município.



Capítulo 1: Eixos estratégicos para o fortalecimento da arrecadação do ISS

Com base no diagnóstico fiscal realizado a partir da análise da estrutura das receitas municipais e da composição da arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) no Município de Presidente Kennedy, no período de 2015 a 2024, foram definidas estratégias destinadas ao fortalecimento da arrecadação própria em municípios com características fiscais semelhantes, especialmente aqueles que apresentam elevada dependência de receitas externas. Essas estratégias articulam ações voltadas à modernização da gestão tributária, ampliação da base econômica geradora de serviços, fortalecimento da fiscalização tributária, aprimoramento da governança fiscal e monitoramento da dependência fiscal municipal.

A definição dessas estratégias parte do entendimento de que a sustentabilidade fiscal municipal depende não apenas do aumento da arrecadação tributária, mas também da melhoria da eficiência administrativa, da diversificação da base econômica local e do fortalecimento dos mecanismos de planejamento e controle das finanças públicas. Conforme destacam Costa Filho (2015) e Conceição et al. (2019), municípios com elevada dependência de royalties tendem a enfrentar maior vulnerabilidade fiscal, o que reforça a importância de estratégias voltadas ao fortalecimento das receitas próprias.



Nesse sentido, as estratégias apresentadas a seguir buscam estruturar um conjunto de ações capazes de contribuir para a ampliação sustentável da arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS), bem como para a redução gradual da dependência de receitas provenientes da exploração de recursos naturais ou outras fontes externas, promovendo maior equilíbrio na composição das receitas municipais, podendo ser adaptadas às especificidades de cada realidade municipal.

Eixo 1: Modernização da Gestão Tributária Municipal

O primeiro eixo estratégico concentra-se no aprimoramento da gestão tributária municipal, reconhecendo que a eficiência da administração fiscal constitui um dos principais instrumentos para o fortalecimento da arrecadação própria. A utilização de ferramentas tecnológicas, sistemas eletrônicos e mecanismos de análise de dados fiscais permite ampliar a eficiência da administração tributária, reduzir inconsistências no recolhimento de tributos e aprimorar os mecanismos de monitoramento das atividades econômicas.

Em contextos municipais caracterizados pela elevada dependência de receitas externas, a modernização da gestão tributária pode contribuir para ampliar o controle sobre as atividades econômicas desenvolvidas no território e fortalecer a arrecadação do Imposto Sobre Serviços. A análise empírica que fundamenta este guia indicou que parte significativa da arrecadação do ISS pode estar associada à execução de contratos públicos financiados por receitas provenientes de fontes externas, o que evidencia a necessidade de ampliar a base de incidência do tributo e aprimorar os mecanismos de fiscalização tributária.



A utilização estratégica das informações geradas pela NFS-e pode contribuir para aprimorar o monitoramento da arrecadação do ISS dos Municípios. A análise periódica desses dados permite identificar padrões de faturamento, setores econômicos com maior potencial arrecadatório e possíveis inconsistências na emissão de documentos fiscais.

Além disso, recomenda-se que a administração municipal desenvolva rotinas de cruzamento de dados fiscais, utilizando as informações da NFS-e em conjunto com outras bases de dados disponíveis, como o Simples Nacional e os cadastros municipais de contribuintes. Essa integração de informações pode permitir identificar prestadores de serviços que atuam no município sem o adequado recolhimento do ISS ou sem o devido registro no cadastro tributário municipal, bem como detectar divergências entre valores faturados e tributos recolhidos.

A modernização da gestão tributária também pode envolver o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento da arrecadação por setor econômico, permitindo à administração municipal acompanhar a evolução da base de contribuintes e orientar suas ações de fiscalização tributária.

Diante desse cenário, torna-se fundamental investir no fortalecimento da administração tributária municipal, por meio da integração dos sistemas de informação, da atualização permanente do cadastro de contribuintes e do aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização tributária. Tais medidas contribuem para reduzir inconsistências nos registros fiscais, aumentar a transparência na gestão das receitas e melhorar a eficiência do processo arrecadatório.



Assim, este eixo estratégico propõe um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da capacidade institucional da administração tributária municipal, com foco na melhoria dos processos de gestão, fiscalização e controle das receitas.

Entre as principais ações recomendadas neste eixo estratégico destacam-se:

- Revisão e atualização periódica do cadastro municipal de prestadores de serviços;
- Integração entre os sistemas tributário, contábil e financeiro do município, permitindo maior rastreabilidade das operações fiscais;
- Implantação de ferramentas de cruzamento de dados fiscais e contábeis, utilizando informações provenientes da NFS-e e do Simples Nacional;
- Capacitação contínua dos servidores responsáveis pela gestão tributária municipal;
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de emissão, monitoramento e controle da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

A implementação dessas medidas pode contribuir para fortalecer a governança fiscal municipal e melhorar o controle sobre a arrecadação do ISS, criando condições institucionais mais favoráveis ao fortalecimento sustentável da arrecadação própria municipal.



Eixo 2: Ampliação da base econômica geradora de serviços

O segundo eixo estratégico está voltado à ampliação da base econômica geradora de serviços em municípios com elevada dependência de receitas externas. Como evidenciado no caso de Presidente Kennedy, utilizado como referência empírica neste Guia, observa-se que a arrecadação do ISS tende a se concentrar em atividades vinculadas à execução de obras e serviços de engenharia associados a contratos públicos, especialmente aqueles relacionados à infraestrutura e manutenção urbana.

Esse padrão indica que parte relevante da arrecadação do ISS encontra-se associada à execução de investimentos públicos financiados por receitas provenientes dos royalties do petróleo. Embora tais investimentos contribuam para movimentar a economia local e gerar arrecadação tributária, eles não garantem, por si só, a consolidação de uma base econômica diversificada capaz de sustentar o crescimento da arrecadação municipal no longo prazo.





Nesse contexto, torna-se fundamental estimular o desenvolvimento de atividades econômicas permanentes no setor de serviços, ampliando a base de incidência do ISS e reduzindo a dependência de atividades diretamente vinculadas à execução de contratos públicos. O fortalecimento do ambiente de negócios local pode contribuir para atrair novos empreendimentos, incentivar a formalização de atividades econômicas e estimular o crescimento do empreendedorismo no município.

Segundo Costa Filho (2015) e Conceição et al. (2019), municípios que adotam políticas voltadas à simplificação administrativa, ao incentivo ao empreendedorismo e ao apoio à formalização de empresas tendem a registrar crescimento na base de contribuintes e, conseqüentemente, na arrecadação de tributos municipais. Experiências em outros municípios demonstram que medidas voltadas à melhoria do ambiente de negócios podem contribuir para o fortalecimento da arrecadação própria, especialmente de tributos incidentes sobre atividades econômicas, como o Imposto Sobre Serviços.

No município de Maringá (PR), por exemplo, políticas voltadas à simplificação de processos administrativos e ao estímulo à formalização empresarial contribuíram para ampliar a base empresarial e fortalecer a arrecadação tributária municipal (MARINGÁ, 2024). Nesse sentido, o fortalecimento do ambiente de negócios pode representar um instrumento importante para ampliar a base de arrecadação do ISS e promover o desenvolvimento econômico local.

Nesse sentido, este eixo apresenta um conjunto de ações estratégicas voltadas ao fortalecimento do ambiente de negócios local e à ampliação da base



econômica geradora de serviços, podendo ser adaptadas às especificidades de cada contexto municipal.

Entre as principais ações recomendadas neste eixo estratégico destacam-se:

- Simplificação dos procedimentos administrativos para abertura, licenciamento e regularização de empresas prestadoras de serviços no município;
- Fortalecimento institucional da Sala do Empreendedor, ampliando o suporte técnico oferecido a micro e pequenos empresários;
- Desenvolvimento de programas de capacitação voltados ao empreendedorismo e à gestão de pequenos negócios no setor de serviços;
- Promoção de políticas de incentivo à formalização de atividades econômicas;
- Articulação entre as secretarias municipais de Fazenda, Desenvolvimento Econômico e Administração para promover políticas integradas de estímulo ao ambiente de negócios.

A implementação dessas medidas pode contribuir para ampliar a base de contribuintes do município, estimular o desenvolvimento econômico local e fortalecer a arrecadação própria do município, especialmente por meio da expansão sustentável da arrecadação do ISS.



Eixo 3: Fortalecimento da governança fiscal

O terceiro eixo estratégico está relacionado ao aprimoramento da governança fiscal municipal. A governança fiscal envolve o conjunto de mecanismos institucionais voltados à transparência, controle e planejamento das finanças públicas, sendo fundamental para a construção de estruturas fiscais mais sustentáveis (ABRAHAM, 2019; ASCARI et al.,2022).

No contexto de municípios que recebem receitas provenientes da exploração de recursos naturais, Costa Filho (2015) destaca que a abundância dessas receitas pode reduzir os incentivos para o fortalecimento da arrecadação própria, criando um cenário de dependência fiscal. Esse quadro pode comprometer a capacidade de planejamento financeiro de longo prazo e aumentar a vulnerabilidade das finanças públicas municipais diante de oscilações nas receitas provenientes da exploração de recursos naturais.





Nesse sentido, o fortalecimento da governança fiscal torna-se essencial para garantir maior equilíbrio na gestão das receitas municipais. Isso inclui o aprimoramento dos mecanismos de planejamento orçamentário, a ampliação da transparência na gestão das receitas e a criação de instrumentos permanentes de monitoramento da dependência fiscal.

Entre as principais ações recomendadas neste eixo destacam-se:

- Ampliação da transparência das informações fiscais nos portais públicos;
- Integração entre os sistemas tributário, contábil e financeiro do município;
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de consolidação e monitoramento das informações fiscais;
- Fortalecimento dos mecanismos de planejamento financeiro de médio e longo prazo.

A adoção dessas medidas pode fortalecer a capacidade de planejamento do município e mitigar a vulnerabilidade decorrente da dependência de receitas instáveis.



Eixo 4: Fortalecimento da fiscalização tributária

O quarto eixo estratégico está voltado ao fortalecimento da fiscalização tributária municipal como instrumento de aprimoramento da eficiência arrecadatória. A fiscalização tributária desempenha papel essencial na garantia do cumprimento das obrigações fiscais pelos contribuintes, contribuindo para reduzir a evasão tributária e ampliar a arrecadação municipal sem necessidade de elevação da carga tributária. Nesse sentido, uma gestão tributária eficiente depende não apenas da definição adequada das normas fiscais, mas também da capacidade institucional dos municípios em monitorar e fiscalizar o cumprimento das obrigações tributárias (BATISTA, 2015).

No caso do Imposto Sobre Serviços (ISS), a fiscalização assume papel ainda mais relevante, uma vez que a arrecadação desse tributo depende diretamente da correta declaração das operações realizadas pelos prestadores de serviços. Conforme destaca Matos (2019), muitos municípios ainda enfrentam





dificuldades na implementação de mecanismos eficazes de fiscalização e cobrança do ISS, o que limita o potencial arrecadatório desse imposto e evidencia a necessidade de aprimoramento da gestão tributária municipal.

Nesse contexto, a utilização de instrumentos de inteligência fiscal e o cruzamento de dados provenientes de diferentes bases de informações podem contribuir para aprimorar o controle das atividades econômicas tributáveis.

A utilização das informações geradas pela Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), associada ao cruzamento com outras bases de dados fiscais, como o Simples Nacional e os cadastros municipais de contribuintes, pode permitir a identificação de divergências entre o faturamento declarado e os valores efetivamente recolhidos a título de ISS. A modernização dos sistemas de fiscalização e a adoção de tecnologias digitais têm sido apontadas como estratégias importantes para combater a sonegação fiscal e aumentar a eficiência da arrecadação municipal (BORGES; VILLELA, 2024).

Além disso, nesse contexto, o fortalecimento das equipes responsáveis pela fiscalização tributária e pela gestão da arrecadação municipal constitui um dos elementos estratégicos para o aprimoramento da eficiência arrecadatória. A capacitação técnica dos servidores, associada à adoção de ferramentas tecnológicas de monitoramento fiscal, pode contribuir para tornar as ações de fiscalização mais eficientes e direcionadas aos setores econômicos com maior potencial arrecadatório.

Conforme destacam Da Costa et al. (2018), a ampliação da eficiência da gestão tributária municipal representa elemento fundamental para o fortalecimento das receitas próprias e para a sustentabilidade financeira dos municípios.



Entre as principais ações recomendadas neste eixo destacam-se:

- Implantação de rotinas sistemáticas de cruzamento de dados fiscais;
- Monitoramento de grandes contribuintes e setores econômicos com maior potencial arrecadatório;
- Realização de auditorias fiscais periódicas em atividades econômicas selecionadas;
- Capacitação técnica das equipes responsáveis pela fiscalização tributária.

Essas medidas tendem a qualificar o monitoramento das atividades econômicas tributáveis, reduzir inconsistências na arrecadação do ISS e elevar o desempenho da receita própria municipal.



Eixo 5: Monitoramento da dependência fiscal

O monitoramento sistemático da estrutura de receitas municipais constitui um instrumento estratégico para o planejamento fiscal e para a tomada de decisões na gestão pública. Em municípios caracterizados pela elevada dependência de receitas externas, torna-se relevante acompanhar periodicamente o grau de dependência dessas receitas em relação ao conjunto das finanças municipais.

Nesse sentido, este eixo propõe a adoção de um sistema de acompanhamento periódico da dependência fiscal, baseado na construção e no monitoramento de indicadores que permitam avaliar a participação das diferentes fontes de receita na estrutura fiscal do município. A utilização desses indicadores possibilita identificar tendências de concentração de receitas, avaliar a evolução da arrecadação própria e subsidiar decisões relacionadas ao planejamento orçamentário e à formulação de políticas públicas.





A implementação desse monitoramento pode ser realizada por meio da elaboração de relatórios fiscais periódicos, produzidos a partir das informações disponíveis nos sistemas contábeis e financeiros da administração municipal. Esses relatórios devem apresentar a evolução da composição das receitas municipais, permitindo acompanhar a participação dos royalties do petróleo, da arrecadação própria e das transferências intergovernamentais ao longo do tempo.

O acompanhamento periódico desses indicadores tornase fundamental para avaliar o grau de dependência das receitas provenientes de fontes externas e acompanhar os resultados das estratégias voltadas ao fortalecimento da arrecadação própria municipal. Esse processo permite verificar, por exemplo, se o crescimento da arrecadação do ISS e o estímulo ao desenvolvimento econômico local estão contribuindo para reduzir gradualmente a participação dessas receitas na composição da receita municipal.

Entre os indicadores que podem ser utilizados nesse processo de monitoramento destacam-se:

- Participação dos royalties do petróleo na receita total do município;
- Participação da arrecadação própria na receita corrente municipal; evolução da arrecadação do ISS ao longo do tempo;
- Participação do ISS na estrutura de receitas próprias;
- Variação anual das receitas provenientes da exploração de petróleo.

A construção e divulgação periódica desses indicadores também contribuem para fortalecer a transparência da gestão fiscal, permitindo que gestores públicos, órgãos de controle e a sociedade acompanhem a evolução da



estrutura de receitas municipais e compreendam os desafios relacionados à sustentabilidade fiscal do município.

Além disso, o monitoramento da dependência fiscal permite avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da arrecadação própria, como as estratégias de modernização da gestão tributária, incentivo ao empreendedorismo local e diversificação da base econômica municipal apresentadas nos eixos anteriores.

Entre as principais ações recomendadas neste eixo estratégico destacam-se:

- Criação de indicadores fiscais voltados ao monitoramento da dependência fiscal municipal;
- Elaboração de relatórios anuais de análise da estrutura de receitas do município;
- Acompanhamento sistemático da participação dos royalties do petróleo na composição da receita municipal;
- Acompanhamento da evolução da arrecadação própria municipal, especialmente do Imposto Sobre Serviços (ISS);
- Integração dessas informações aos instrumentos de planejamento fiscal e orçamentário do município.

A adoção dessas medidas pode contribuir para aprimorar a governança fiscal municipal e fortalecer a capacidade de planejamento da administração pública, criando condições institucionais mais favoráveis à redução gradual da dependência das receitas provenientes da exploração de petróleo.



Capítulo 2: Indicadores de monitoramento da arrecadação

A implementação das estratégias apresentadas neste guia requer o acompanhamento sistemático de indicadores capazes de avaliar o desempenho das ações propostas e monitorar a evolução da sustentabilidade fiscal municipal. A utilização de indicadores de monitoramento permite acompanhar tendências na arrecadação tributária, identificar possíveis riscos fiscais e subsidiar a tomada de decisões por parte da administração pública.

Nesse sentido, recomenda-se a adoção de um conjunto de indicadores voltados ao acompanhamento da estrutura de receitas municipais e da evolução da arrecadação própria, especialmente do Imposto Sobre Serviços (ISS). O monitoramento periódico desses indicadores pode contribuir para avaliar a efetividade das estratégias propostas neste guia e orientar eventuais ajustes nas políticas fiscais adotadas pelo município.





Entre os principais indicadores recomendados para o acompanhamento da arrecadação municipal destacam-se:

- **ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE ROYALTIES**

Indicador que mede a participação das receitas provenientes da exploração de petróleo em relação à receita total do município.

Fórmula:

$\text{Royalties} \div \text{Receita Total Municipal}$

Esse indicador permite avaliar o grau de dependência fiscal do município em relação às receitas petrolíferas e identificar possíveis situações de vulnerabilidade financeira decorrentes da concentração de receitas em fontes externas.

- **PARTICIPAÇÃO DO ISS NA RECEITA CORRENTE**

Indicador que mede a importância da arrecadação do ISS na composição das receitas correntes municipais.

Fórmula:

$\text{ISS} \div \text{Receita Corrente Municipal}$

O acompanhamento desse indicador permite avaliar a evolução da arrecadação própria municipal e o papel do ISS na composição das receitas públicas ao longo do tempo.

- **PARTICIPAÇÃO DO ISS PROVENIENTE DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PRIVADAS**

Indicador destinado a avaliar a parcela da arrecadação do ISS gerada por atividades econômicas privadas independentes da execução de contratos públicos.



Esse indicador permite analisar o grau de diversificação da base econômica municipal, possibilitando identificar se a arrecadação do imposto está associada ao crescimento do setor privado ou concentrada em atividades vinculadas a investimentos públicos.

• NÚMERO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ATIVOS

Indicador que mede a evolução do número de contribuintes cadastrados como prestadores de serviços no município.

O crescimento desse indicador pode refletir a expansão da base econômica local, o aumento do número de atividades formalizadas e, conseqüentemente, a ampliação do potencial arrecadatório do ISS.

O acompanhamento periódico desses indicadores permite avaliar a efetividade das estratégias voltadas ao fortalecimento da arrecadação própria municipal, bem como monitorar possíveis mudanças na estrutura de receitas do município. Além disso, pode contribuir para aprimorar o planejamento fiscal e orientar a formulação de políticas públicas voltadas à redução gradual da dependência de receitas provenientes da exploração de petróleo.



Capítulo 3: Contribuição para a sustentabilidade e vinculação à Agenda 2030

O Guia Estratégico dialoga com os princípios da Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente no que se refere aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à governança pública e ao desenvolvimento econômico sustentável.



A proposta contribui para o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ao estimular a diversificação produtiva e o fortalecimento de atividades econômicas permanentes no território municipal. Também se relaciona com o ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, na medida em que incentiva a ampliação e consolidação de setores estratégicos da economia local.

Adicionalmente, o Guia Estratégico se alinha ao ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ao buscar maior autonomia financeira como condição para planejamento urbano e desenvolvimento territorial equilibrado. Destaca-se, ainda, sua vinculação ao ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ao propor o aprimoramento da governança fiscal, da integração sistêmica das informações e da transparência na gestão das receitas públicas.



Ao associar sustentabilidade fiscal, fortalecimento institucional e desenvolvimento local, o produto final amplia o alcance social da pesquisa e posiciona a gestão tributária como instrumento estratégico de promoção do desenvolvimento sustentável.



Considerações Finais

O fortalecimento da arrecadação própria constitui um dos principais desafios enfrentados pelos municípios brasileiros, especialmente por aqueles que apresentam elevada dependência de receitas provenientes da exploração de recursos naturais. Nesse contexto, o desenvolvimento de estratégias voltadas à diversificação das fontes de receita e ao aprimoramento da gestão tributária municipal torna-se fundamental para promover maior sustentabilidade fiscal e ampliar a capacidade de planejamento das administrações públicas locais.

A implementação das ações propostas neste guia pode contribuir para o aprimoramento da administração tributária municipal, ampliando a eficiência dos mecanismos de fiscalização, fortalecendo a integração entre os sistemas de informação e aprimorando o monitoramento das receitas públicas. Paralelamente, as estratégias voltadas à melhoria do ambiente de negócios e ao estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas no setor de serviços podem favorecer a ampliação da base de incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) e o fortalecimento das receitas próprias municipais.

As medidas apresentadas não devem ser compreendidas como soluções isoladas, mas como parte de um conjunto integrado de iniciativas voltadas ao fortalecimento da gestão fiscal municipal. A efetividade dessas estratégias depende da articulação entre diferentes áreas da administração pública, do investimento em capacitação institucional e do aprimoramento contínuo dos mecanismos de planejamento e controle das finanças públicas.



Outro aspecto relevante do guia refere-se à proposta de institucionalização de mecanismos de monitoramento da dependência fiscal, por meio da utilização de indicadores capazes de acompanhar periodicamente a participação das diferentes fontes de receita na estrutura orçamentária do município. O acompanhamento sistemático desses indicadores pode subsidiar o planejamento fiscal e orientar a formulação de políticas públicas voltadas à construção de uma estrutura de receitas mais equilibrada e sustentável.

Espera-se que as diretrizes apresentadas neste guia possam apoiar gestores públicos no desenvolvimento de políticas voltadas ao fortalecimento da arrecadação própria municipal, contribuindo para ampliar a autonomia financeira da administração pública e reduzir gradualmente a dependência de receitas provenientes da exploração de recursos naturais.

Embora este guia tenha sido elaborado a partir de um contexto fiscal específico, sua estrutura foi orientada de modo a possibilitar sua aplicação em outros municípios produtores de petróleo ou em localidades com características fiscais semelhantes. Nesse sentido, espera-se que este material contribua para o fortalecimento da autonomia financeira dos Municípios e para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à sustentabilidade fiscal no âmbito dos governos locais.



Referências

ABRAHAM, Marcus. Governança fiscal e sustentabilidade financeira: os reflexos do Pacto Orçamental Europeu em Portugal como exemplos para o Brasil. Belo Horizonte: Fórum, p. 168, 2019.

ASCARI, Camila; et al. Diagnóstico da sustentabilidade financeira e a dependência de repasses federais e estaduais aos municípios de Santa Catarina. Revista Linceu On-Line, v. 12, n. 2, p. 5-26, 2022. Disponível em: https://liceu.fecap.br/LICEU_ONLINE/article/view/1904. Acesso em: 28 jun. 2024.

BATISTA, Vanessa. Gestão Tributária Municipal: um estudo de caso da arrecadação própria da Prefeitura Municipal de Balsa Nova/PR. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/1884/51610>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BORGES, Alberto Jorge Mendes; VILLELA, Tânia Mara Cursino (orgs.). Anuário Finanças dos Municípios Capixabas. 30. ed. Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2024. Disponível em: https://aequus.com.br/anuarios/capixabas_2024.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

CAÇADOR, Sávio Bertochi; MONTE, Edson Zambon. Impactos dos royalties do petróleo nos indicadores de desenvolvimento dos municípios do Espírito Santo. Interações (Campo Grande), v. 14, p. 267-278, 2013.



Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/FfccrWqbSPH8t7B7kXRq-dLq/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CONCEIÇÃO, Camila Bautz da; et al. Impactos dos royalties nas finanças públicas dos municípios produtores de petróleo no Estado do Espírito Santo. Anais do Seminário Científico do UNIFACIG, n. 5, 2019. Disponível em: <https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/1212>. Acesso em: 20 jul. 2024.

COSTA FILHO, Nilton. A maldição do petróleo: a difícil sincronia entre recursos de royalties, participação especial e desenvolvimento no município de Presidente Kennedy/ES. Rev. Ambiente Acadêmico, v. 1, n. 1, p. 6-21, 2015. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/revistaambiente-academico-edicao-1-artigo-1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

DA COSTA, Dennis Ferreira et al. CPT499- Receitas tributárias municipais e seus fatores determinantes: análise nos municípios brasileiros. XII Congresso ANPCont, 2018. Disponível em: https://anpcont.org.br/pdf/2018_CPT499.pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.

MARINGÁ. Plano Municipal de Aceleração Econômica de Maringá. Prefeitura Municipal de Maringá, 2024. Disponível em: http://www3.maringa.pr.gov.br/construtor/arquivos/301224105_834_plano_de_aceleracao_economica_maringa__versao_1a_2_pdf.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

MATOS, Márcia Monteiro. Tributação sobre os serviços no Brasil: uma análise da experiência do ISS. 117 f. Tese de Doutorado (Pós-Graduação



em Ciências Econômicas) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/16701>. Acesso em: 18 de jul. 2024.

SOUSA, Rafael Demetrius Rodrigues de. Desafios da aplicação dos recursos dos royalties da extração do petróleo no Brasil para o desenvolvimento sustentável na esfera municipal. 231 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2022. Disponível em:

[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/47635/1/TESE %20Rafael%20Demetrius%20Rodrigues%20de%20Sousa.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/47635/1/TESE%20Rafael%20Demetrius%20Rodrigues%20de%20Sousa.pdf). Acesso em: 14 jul. 2024.



Os autores

Patrícia Conti Ferreira

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Tocantins, (2006-2009). Pós-Graduação Lato Sensu Recursos Humanos: Rotinas e Cálculos Trabalhistas - Área de conhecimento - Negócios, administração e direito. Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestre - Mestre em Ciências, Tecnologia e Educação.



José Geraldo Ferreira da Silva

Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (1981), mestrado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (1984) e doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (1999). Pesquisador aposentado do Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural. Atualmente é professor e pesquisador do Mestrado do Centro Universitário Vale do Cricaré e Pesquisador voluntário no Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural. Tem experiência na área de Engenharia Agrícola, com ênfase em Irrigação e Drenagem, atuando principalmente nos seguintes temas: irrigação, manejo de irrigação, recursos hídricos, climatologia, meteorologia agrícola, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável, educação ambiental. Autor e coautor de diversos livros e capítulos de livros. Possui diversos artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais.



ISBN: 978-65-6013-203-0

DIÁLOGO
EDITORIAL

